

NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: 1930 a 1940



NOTES ON PROFESSIONAL EDUCATION IN BRAZIL: 1930 to 1940

Vol. II Número 23 Jul./Dez. 2016

Ahead of Print

Eraldo Leme Batista¹

João Carlos da Silva²

RESUMO: Esse texto discute a educação profissional entre 1930 e 1940 no Brasil, considerando as políticas públicas para educação profissional no período, em plena expansão do capitalismo monopolista. Neste prisma levaremos em conta as ideias dos industriais via revista do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, examinando a dualidade no ensino profissionalizante. A formação de líderes, executivos, profissionais liberais e trabalhadores de alto escalão acontecia nas universidades nacionais e estrangeiras, enquanto os trabalhadores operacionais eram preparados em cursos de formação rápida e de cunho praticista. A burguesia industrial brasileira, no período histórico analisado, tinha um projeto político de construção da hegemonia instrumentalizado através de uma proposta educacional focada no desenvolvimento nacional a partir da industrialização, consubstanciada por uma ação ideológica que buscava a imposição de um novo consenso, naturalizando uma nova sociabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação profissional, capitalismo, educação

ABSTRACT: This text discusses professional education between 1930 and 1940 in Brazil, considering public policies for professional education in the period, in full expansion of monopoly capitalism. In this perspective we will take into account the ideas of industrialists through the journal of the Institute of Rational Labor Organization (IDORT), examining duality in vocational education. The formation of leaders, executives, professionals and high-level workers took place in national and foreign universities, while the operational workers were prepared in courses of rapid training and of a practitioner. The Brazilian industrial bourgeoisie, in the historical period analyzed, had a political project of building the hegemony instrumentalized

¹Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, área de pesquisa: Filosofia e História da Educação. Pós-doutorando pelo Programa de Pós-graduação em educação, UNIOESTE, Campus Cascavel. É vinculado ao Grupo de pesquisa HISTEDBR - Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil. eraldo_batista@hotmail.com

²Doutor em Filosofia, História da Educação/FE – UNICAMP. Professor do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação/Mestrado em Educação da UNIOESTE, Campus Cascavel. Pós-doutorando em educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Membro do grupo de pesquisa HISTEDOPR – História, sociedade e educação – Oeste do Paraná. E-mail: joao.silva@unioeste.br

through an educational proposal focused on the national development from the industrialization, consubstantiated by an ideological action that sought the imposition of a new consensus, naturalizing a new sociability.

KEYWORDS: Professional education, capitalism, education

Introdução

Esse texto discute a educação profissional entre 1930 e 1940 no Brasil, considerando as políticas públicas para educação profissional no período, fase em que o processo de industrialização aflorava no país, exigindo trabalhadores capacitados para ocuparem os postos de trabalho oferecidos em plena expansão do capitalismo monopolista. Neste prisma levaremos em conta as ideias dos industriais via revista do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT.

Nesta perspectiva, pretendemos examinar a questão da dualidade no ensino profissionalizante de então, observando a forma dúbia em que este ocorria. A formação de líderes, executivos, profissionais liberais e trabalhadores de alto escalão acontecia nas universidades nacionais e estrangeiras, enquanto os trabalhadores operacionais eram preparados em cursos de formação rápida e de cunho praticista, visando atender às demandas do mercado de trabalho crescentes do contexto econômico do pós-guerra.

A educação no contexto republicano

No século XX, o processo de expansão capitalista, que assumiu novas formas e nova dinâmica, caracterizando uma nova etapa do capitalismo, em sua fase monopolista. Essas mudanças alteraram as relações entre países centrais e países periféricos. O imperialismo monopolista iniciou seu processo de estruturação no final do século XIX, com o surgimento dos primeiros monopólios nacionais. Ganhou impulso com a crescente transnacionalização após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e consolidou-se no mundo a partir do término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a expansão dos monopólios multinacionais, sob a liderança das corporações norte-americanas.

O surto industrial nas primeiras décadas deste século aproximava cada vez mais o Brasil das potências emergentes, especialmente Inglaterra e Estados Unidos da América, importando desses países formas avançadas de produção e concomitantemente condicionando as políticas educacionais internas, como por exemplo, a implantação de cursos técnico-profissionalizantes visando atender a demanda produzida pela indústria e pelo comércio. A modernização da sociedade brasileira era uma exigência de fato, fruto do estágio atingido no processo de mudança da base da sociedade exportadora brasileira, que de rural-agrícola passava para urbano-comercial. Significou a necessária adaptação entre regiões hegemônicas e periféricas que integravam o sistema capitalista na fase industrial ou concorrencial.

No contexto brasileiro, em face do desenvolvimento capitalista internacional, a pedagogia republicana repousava sobre uma ordem social, fundamentada numa sociedade aberta, livre e democrática, atribuindo à educação o papel de agente da reforma social mediante a edificação do Estado liberal, característico daqueles formulados no século XVIII, na Europa. O liberalismo era apresentado pelas forças republicanas como o valor mais sagrado, superior inclusive à educação.

No Brasil, os ideais republicanos nasceram inspirados nas ideias positivistas de educação, marcadas pela crença sistemática nas políticas educacionais como mola propulsora para o progresso. A educação estava sempre presente nos discursos políticos, sendo sempre apontada como a chave para atingir o pleno desenvolvimento. A rigor, desde

1870, a liberdade, a laicização, a expansão do ensino e a educação para todos eram bandeiras levantadas pela burguesia nascente no Brasil. (SILVA, 2011).

No início da década de 1930 teve início, mesmo que de forma um pouco confusa, a ideologia política denominada “nacional-desenvolvimentismo”, aliada a um modelo econômico compatível, o de “*substituição de importações*”. Este período representou um momento de redefinição do papel e da ação do Estado brasileiro, no processo de rearticulação dos grupos no poder, efetuado pela Revolução de 1930. O Estado brasileiro, a partir daquele momento, assumiu o papel de ser o principal instrumento de financiamento da expansão capitalista no Brasil.

Saviani (2002), analisando a realidade brasileira considera que foi após a Revolução de 1930 que o país começou a enfrentar os problemas próprios de uma sociedade burguesa moderna, inclusive no campo da instrução pública popular. Neste período, precisamente em 1930 que é criado o Ministério da Educação e Saúde. A educação começa a ser reconhecida como questão Nacional.

Diante disso, uma série de medidas de alcance nacional referentes à educação: em 1931 com as reformas do Ministro Francisco Campos; em 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo, que apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação, inclusive na educação profissional; em 1934 a Constituição Federal que colocava a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação; as leis orgânicas do ensino, um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946 por Gustavo Capanema, ministro da Educação do Estado Novo. No que tange a Constituição Federal, foi somente em 1946 que a carta magna definiu a educação como direito universal e o ensino primário como obrigatório para todos e gratuito nas escolas públicas.

Segundo os pioneiros da educação, inspirados pelos princípios escolanovistas, a escola secundária, deveria ser organizada em cursos destinados à preparação às atividades profissionais, decorrentes da extração de matérias primas (escolas agrícolas, de mineração e de pesca) da elaboração das matérias primas (industriais e profissionais) e da distribuição dos produtos elaborados (transportes, comunicações e comércio). Conforme o documento:

[...] o trabalho que foi sempre a maior escola de formação da personalidade moral, não é apenas o método que realiza o acréscimo da produção social, é o único método susceptível de fazer homens cultivados e úteis sob todos os aspectos. O trabalho, a solidariedade social e a cooperação, em que repousa a ampla utilidade das experiências; a consciência social que nos leva a compreender as necessidades do indivíduo através da comunidade, e o espírito de justiça, de renúncia e de disciplina, [...] (AZEVEDO, 1958, p. 192).

O que apreende-se deste período é que mesmo incorporando-se no âmbito legal, a educação não obteve o financiamento e incentivo necessário para a ampliação do acesso a escola, e nem mesmo a melhoria da qualidade para sua aplicação.

Também em âmbito legal, a lei de Diretrizes e Bases para a educação, aprovada em 1961 trouxe algumas mudanças no que tange a área educacional, porém, Saviani (2002) aponta que mesmo com a Constituição Federal de 1946 definindo a universalização do ensino primário obrigatório para todos a LDB da década de 60 apresentou várias limitações, como por exemplo, que o texto incluía expressamente entre outros motivos de isenção da responsabilidade quanto ao cumprimento da obrigatoriedade escolar, o comprovante de estado de pobreza do pai ou responsável e a insuficiência de escolas. Reconhecia-se a realidade limitadora da democratização do ensino fundamental, não dispondo dos mecanismos para superação dessa limitação. Esta limitação não foi revertida nem mesmo com a política educacional que foi expressa pela Lei 5692 de 11 de agosto de 1971, lei esta que fixava diretrizes de bases para o ensino de primeiro e segundo graus.

A trajetória da escola pública no Brasil demonstra que nos diversos períodos esta

não foi pensada para possibilitar a socialização do saber construído, mas para atender às necessidades da classe dominante e do capital. Isto ficou claro nos diversos momentos históricos que esta percorreu e que, pouco ou nada foi feito a respeito da questão qualitativa da educação dispensada aos trabalhadores.

O idort e a educação profissional no brasil

O IDORT, entidade criada pela burguesia industrial paulista, foi fundamental para a discussão e reorganização do ensino profissional no Brasil, mas que foi na década de 1940 que os industriais conseguiram, mesmo não concordando com a centralização da discussão nas mãos do Estado, criar uma importante escola de formação dos trabalhadores. Foi no período do Estado Novo (1937-1945) que os industriais conseguiram regulamentar as propostas de ensino profissional no Brasil, a partir da reforma Capanema (1942), conhecida também como Leis Orgânicas do Ensino. Esta reforma estruturou o ensino profissional, reformulou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

Diferente de anos anteriores, em que se defendia a vinda de trabalhadores estrangeiros para o Brasil por serem qualificados, neste novo momento histórico do país (década de 1930) ganha força, no setor industrial, a ideia de que se fazia urgente e necessário a substituição da força de trabalho estrangeira por trabalhadores nacionais, pois não tinham “vícios” e “ideias complicadas”, “estranhas”.

O Brasil não necessita de braços, pois não aproveitou nem curou, ainda, de aproveitar os trabalhadores nacionais (...) Para suas necessidades atuais, o Brasil dispõe de braços suficientes, perfeitamente aptos, suscetíveis das mais árduas e dedicadas tarefas, quer na agricultura, quer na indústria, quer como inteligência, quer como resistência (...) Apesar de ser inteligente, dedicado, fiel, resistente à fadiga como poucos, adaptando-se facilmente aos mais difíceis misteres e às mais complexas manipulações industriais (...) Desamparado, vergando ao peso do anátema de “vadio” e “preguiçoso” de incapaz e malandro. (PICHELLI, 1997, p.6)

Os efeitos destas ideias são constatados já nos anos 30 em decorrência da diminuição da imigração para o Brasil e crescente processo de migração para as principais cidades, como São Paulo, como bem nos informa Pichelli (1997, p. 6), “entre o período de 1931 e 1946, chegaram a São Paulo 651.762 migrantes internos contra 183.445 estrangeiros. Já no período anterior, entre 1881 e 1930, os estrangeiros somavam 2.250.570, contra apenas 289.179 nacionais”.

Constatando a necessidade dos trabalhadores nacionais em compor definitivamente a força de trabalho no país, como estratégia também de substituir esta força de trabalho estrangeira pela nacional, tornava-se indispensável educar, instruir e preparar o trabalhador brasileiro para o mercado de trabalho. Lembramos que esta preocupação dos industriais torna-se mais evidente com o crescimento dos projetos de industrialização do país, principalmente após Getúlio Vargas assumir o poder no Brasil.

Neste sentido é que seria fundamental e urgente um projeto educacional que possibilitasse a formação de um novo homem, porém que fossem “operários dóceis, saudáveis e produtivos, além de uma nova elite, capaz de comandar a sociedade dentro dos novos princípios da ordem burguesa” (PICHELLI, 1997, p.6).

Em seus estudos, Romanelli (2006), observa que outros fatores também contribuíram para a restrição da importação de trabalhadores estrangeiros. Segundo esta mesma autora:

[...] É conveniente lembrar que a época exigia uma redefinição da política de importação de pessoal técnico qualificado, como vinha acontecendo até então. A guerra estava funcionando como mecanismo de contenção da exportação de mão-de-obra dos países europeus para o Brasil. Até essa altura, não existira uma política adequada de formação de recursos humanos para a indústria, porque esta se vinha provendo de mão-de-obra especializada, mediante importação de técnicos. O período de guerra estava dificultando essa importação, do mesmo modo que dificultava a importação de produtos industrializados. Isso suscitava um duplo problema para o Estado: de um lado, ter de satisfazer as necessidades de consumo da população com produtos de fabricação nacional [...] o que significava ter de expandir o setor industrial brasileiro e, com isso, absorver mais mão-de-obra qualificada – e, de outro lado, já não poder contar com a importação desta, pelo menos no mesmo ritmo em que ela se processava (ROMANELLI, 2006, p. 155).

Daí a informação dada pela mesma autora, de que é a partir deste processo que surge a ideia dos industriais brasileiros de treinar trabalhadores nacionais, surgindo a partir desta preocupação a necessidade urgente de se criar uma escola de formação de trabalhadores, iniciando-se, portanto, neste período, o surgimento do SENAI.

Somando o descontentamento com os trabalhadores estrangeiros, mais os problemas em decorrência da guerra, é que cresce no interior dos industrialistas a necessidade de se criar esta escola. Neste sentido é que o Governo Federal cria o sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, que foi organizado em convênio com as indústrias via CNI (Confederação Nacional das Indústrias) (ROMANELLI, 2006, p. 155).

O trabalho qualificado era compreendido neste período como meio de se manter a ordem, evitar a desordem, mas também como “instrumento inteligente de produção industrial”, e para garantir e implementar esta ideologia se dispunha de instituições educacionais, como Liceus de Artes e Ofícios e os asilos desvalidos (CUNHA, 2005).

Formação/educação profissional aos trabalhadores era um dos principais objetivos do IDORT, tanto que Lourenço Filho e Roberto Mange eram responsáveis, no interior desta organização empresarial, pela questão educacional. Tenca, ao analisar a questão da educação no interior do IDORT, entende que;

Na educação, o Instituto de Organização Racional do Trabalho exerceu um papel dos mais importantes na vasta empresa voltada para o controle do tempo do trabalhador, em âmbito regional e nacional. Das inúmeras atividades desenvolvidas nessa área, penso ser importante citar, considerando o tema deste trabalho, a Escola Livre de Sociologia e Política e os cursos voltados diretamente para a formação de trabalhadores (TENCA, 2006, p. 40).

Importante lembrar que o principal entusiasta e articulador para que se concretizasse a criação da Escola Livre de Sociologia e Política era Roberto Simonsen, Presidente da FIESP e fundador do IDORT. Na inauguração desta escola, em 1933, Simonsen deixava claro os objetivos definidos para a instituição:

[...] Essa escola tem que possuir um programa que possa, além de seu curso normal, esboçar um plano de pesquisas sociais e coordenar a documentação já existente, dirigindo a formação de estatísticas adequadas, promovendo publicações periódicas de monografias e inquéritos, pesquisando os casos especiais pela aplicação dos métodos de observação e inquirição diretos, incentivando a formação de operadores capazes de tais cometimentos e enfim coordenando tudo quanto possa interessar ao perfeito conhecimento do meio em que vivemos e dos elementos necessários à solução dos problemas de governo (SIMONSEN, apud TENCA, 2006, p. 40).

Simonsen apresenta ainda sua visão sobre o papel da escola de sociologia e política, como estratégico para a formação da elite nacional.

A formação das elites deve pois constituir uma das preocupações primaciais das sociedades modernas. Qualquer instituição social, qualquer escola doutrinária que inspire ser adotada, qualquer associação industrial ou comercial, para colimar seus objetivos, todas necessitam e exigem, cada vez mais, elementos da elite em sua direção. Possuindo escolas superiores de incontestável valor. São Paulo precisa agora formar as suas elites, educadas nas ciências sociais e no conhecimento das verdadeiras condições em que evolui a nossa sociedade, como meio de mais fielmente aparelhar a nossa sociedade, como meio de mais fielmente aparelhar a convenientemente escolha de seus homens de governo (SIMONSEN, 1933, p. 7).

Weinstein (2000), também analisa este movimento e o processo de fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, que em sua fundação é divulgado um manifesto sobre os objetivos desta escola.

[...] elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos [...] capaz de compreender o meio social. Inspirados na sociologia positivista, os fundadores da escola consideravam a pesquisa “apolítica” e científica, feita por especialistas o instrumento adequado para resolver conflitos sociais e também uma forma de eliminar temas controversos como salários, condições de trabalho e padrão de vida da arena política e da luta de classes. Esses objetivos estavam em plena sintonia com o ponto de vista dos que defendiam a racionalização (WEINSTEIN, 2000, p. 94).

Tenca entende que o IDORT, a partir dos anos 1930:

[...] foi marcante na reorganização do ensino profissional no Brasil, na estruturação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP); na criação do Sesi e do Sesc; na Reorganização Administrativa do Governo do Estado (Rage), em São Paulo; em iniciativas vinculadas direta ou indiretamente à Fiesp, como na criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, antecipando-se mesmo à constituição da Universidade de São Paulo, criada em 1934, no governo de Armando Salles de Oliveira, que foi um dos fundadores e o primeiro presidente do IDORT em 1931. Esses fatos indicam a interferência direta dos representantes da indústria paulista na implementação de políticas sociais, de um lado, e, de outro, o investimento na reestruturação da burocracia, tanto no setor privado como em instituições governamentais (2006, p. 41).

Ao mesmo tempo em que os industriais fundam a Escola Livre de Sociologia e Política para formação profissional dos trabalhadores para trabalharem na indústria que estava sofrendo alterações significativas, os mesmos criam a Universidade de São Paulo, com o objetivo claro de formação da elite industrial e empresarial paulista.

A Constituição de 1937, por exemplo, em seu artigo nº 129, determinou um papel inédito para o Estado, as empresas e sindicatos no tocante a educação profissional das “classes menos favorecidas”. Conforme este artigo:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (CUNHA, 2005, p. 28).

Romanelli (2006) nos informa, por exemplo, que em 1942, o Ministro de Vargas, Gustavo Capanema, dá início à reforma de alguns ramos do ensino denominada de Leis Orgânicas. As leis que estruturaram o ensino técnico-profissional começaram a ser promulgadas de forma gradativa, sendo que as leis do ensino técnico ficaram assim definidas;

a)- Em 30 de Janeiro de 1942, o decreto-lei nº 4073 organizava o ensino industrial (Lei Orgânica do Ensino Industrial); b)- em 28 de dezembro de 1943, saía a Lei Orgânica do Ensino Comercial, pelo decreto-lei nº 6.141; c)- e, em 20 de agosto de 1946, findo, portanto, o Estado Novo, saía o decreto lei 9.613, chamado Lei Orgânica do Ensino Agrícola (ROMANELLI, 2006, p. 154).

Ao analisar estes decretos, Romanelli (2006) nos informa que o ensino industrial na criação das escolas de aprendizagem foi de “(...) um aspecto de indiscutível valor da história do ensino profissional, pois revela uma preocupação do governo de engajar as indústrias da qualificação de seu pessoal, além de obrigá-las a colaborar com a sociedade na educação de seus membros”. Esta autora observa, ainda, que os trabalhadores técnicos eram importados, pois não existia no Brasil força de trabalho qualificada para realizar trabalho no setor industrial (ROMANELLI, 2006).

Considerações finais

Concluimos que a burguesia industrial brasileira, no período histórico analisado, tinha um projeto político de construção da hegemonia instrumentalizado através de uma proposta educacional focada no desenvolvimento nacional a partir da industrialização. A educação deveria ser funcional às necessidades dos industriais, que buscavam impor seu projeto de sociedade de cunho industrial. Este pragmatismo é acompanhado por uma ação ideológica que busca a imposição de um novo consenso, naturalizando uma nova sociabilidade.

Para concretizar seu projeto hegemônico, a burguesia industrial brasileira cria o IDORT como estratégia para divulgação de suas ideias sobre o “progresso” industrial, o que evidencia o caráter pedagógico de sua ação estratégica, e, ao mesmo tempo, o caráter sofisticado da racionalidade industrial imposta através de uma ação, aparentemente, pedagógica.

O Estado, por sua vez, deveria proporcionar uma escola de qualidade e gratuita, tendo em vista os interesses dos indivíduos em formação e a necessidade de progresso, considerando que esta educação deva ter caráter obrigatório. Os pioneiros ainda se colocavam favoráveis à escola mista e, questionando os princípios da educação católica, defendiam uma educação laica, o que distanciaria a educação da influência religiosa e a colocaria no campo das questões sociais. Neste sentido os pioneiros expressavam o Brasil como uma sociedade marcada pela heterogeneidade

Compreendemos que os industriais tinham como estratégia formar os trabalhadores brasileiros como mecanismo de diminuir ou mesmo retirar do setor fabril os trabalhadores estrangeiros, pois os mesmos, em sua maioria, tinham ideologias “estranhas”, eram “contestadores”, e podiam criar “problemas” para o projeto nacionalista de industrialização do país.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A educação entre dois mundos: problemas perspectivas e orientações**. Obras Completas. v. XVI, p. 59-81. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**, Unesp, São Paulo, 2005.

_____. **O ensino industrial na irradiação do industrialismo**, Unesp, São Paulo, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GONÇALVES, Maria Helena. et al. **Referenciais para a Educação Profissional do Senac**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2002.

IANNI, Octavio. Globalização e imperialismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense. v.1, n.3, 1996, p.130-131.

KLOVDAHL, Alden. **Racionalismo científico**. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KUENZER, Acácia. **Competência como Práxis: Os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores**. **Boletim técnico do SENAC**, Rio de Janeiro. V.30, n.3, set. dez. 2004.

_____. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão**. Brasília: INEP, REDUC, 1991.

_____. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1995.

LANGONI, Carlos G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973

MANFREDI, Sílvia M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. 3ª edição, SP, Nova Cultural, 1988.

PICHELI, Valdir. **O Idort enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930 – 1944)**. Tese Doutorado, FE/Unicamp, Campinas, 1997.

RIBEIRO, Maria Luíza Santos. **Historia da Educação Brasileira**, A Organização Escolar, Autores Associados, Campinas, 2003.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.) – **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005a.

SAVIANI, Dermeval. **Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação**. In: LOMBARDI, J., SAVIANI, D. e SANFELICE, J. L. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores associados, HISTEDBR, 2002.

SILVA, João Carlos da. O tema da escola pública no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. *Revista de Educação Pública (UFMT)*, v.20, p.521 - 539, 2011.

SIMONSEN, Roberto. **Rumo à Verdade**, São Paulo, Editora Ltda., 1933.

_____. **O Trabalho Moderno**, In: A Margem da profissão. São Paulo Editora, São Paulo, 1932.

TENCA, Álvaro. **Razão e Vontade Política: O Idort e a grande indústria nos anos 30**, Dissertação (Mestrado), Unicamp, Campinas, 1987.

_____. **Senhores dos trilhos; racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de ex-alunos do curso de ferroviários da antiga paulista**, São Paulo, Unesp, 2006.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964**, Cortez: CDAPH-IFAN, São Paulo, 2000.

Recebido em: 18/07/2016

Aprovado em: 21/01/2017